



Ata da 8º Reunião do Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau

Data: 21 de outubro de 2016

Local: Plenário das Câmaras Cíveis Reunidas, TJPA.

Hora: 9h

Participantes:

Membros do Comitê – André Filo-Creão, Cristiano Magalhães Gomes, Lúcio Guerreiro, José Coriolano da Silveira, João Joaquim Cardoso Neto, Priscila Mousinho, e Maurício Crispino Gomes.

Secretária do Comitê – Jéssica de Bosi.

Coordenador de Estatística – Fábio Djan.

1 – DISCUSSÕES

Às 9h26, o Juiz Lúcio Guerreiro abriu a reunião e passou a palavra à Secretária de Planejamento, Nazaré Saleme, que solicitou um momento para anunciar avisos de interesse do Comitê. O primeiro deles diz respeito a solicitação de cursos sobre Custas Judiciais para aprimoramento e instrução de magistrados e servidores. A primeira etapa do curso foi programada para ocorrer na Região Judiciária de Santarém que inicia na data de 21.10.2016. Relatou que houve 18 servidores inscritos e nenhum magistrado.

O segundo informe se refere a arrecadação do Estado do Pará e o seu impacto no Tribunal de Justiça. Explicou que a arrecadação dos meses de agosto e setembro não alcançou o estimado, mas que espera uma melhora para os meses seguintes e que o equilíbrio se reestabeleça.

O representante dos Servidores, João Joaquim, questionou sobre o impacto da PEC 241 e da PLP 257/2016 para o Tribunal.



Ela esclareceu que sobre o PLP 257, o texto ficou enxuto e foi retirado do texto original a todas as alterações na LRF. A Secretaria do Tesouro Nacional informou que será encaminhada proposta de alterações posterior. Ressaltou que o TJPA ainda está dentro do limite confortável. Já na PEC 241, o texto que impõe um limite para as despesas está restrito à União. Aproveitou para lembrar que a votação do projeto de reajuste será na próxima semana pelo plenário da Assembleia Legislativa do Estado.

Em terceiro lugar, esclareceu que a receita do FRJ está estabilizada e isso quer dizer que os contratos estão sendo todos horados em dia. Todavia, considerando a situação nacional da crise, a administração vem encontrando grande dificuldade para formalizar novos contratos. Expôs que tal dificuldade se constitui em conseguir orçamentos no mercado para basilar as licitações ou até mesmo quando já celebradas, as desistências são frequentes, pois as empresas não estão conseguindo sustentar o proposto. O Tribunal está lançando estratégia e procurando atas de registro de preços em todo território nacional. Desta feita, solicitou compreensão na possível demora na entrega de algum material ou serviço que esteja sob essa situação.

Nesse contexto, o Juiz André filo-Creão ressaltou a importância de todos os componentes do Comitê funcionarem como disseminadores de informações mais embasadas que esclareçam a real situação orçamentária do TJPA aos demais colegas, servidores e magistrados. Alertou ainda para a necessidade de se compreenderem como parte essencial da instituição.

A Secretária de Planejamento, completou que a expansão judiciária e todas as suas implicações de contratação de pessoal, estrutura física e tecnológica, deverão observar a regra da PLP 257/2016 – gasto do ano anterior mais a inflação oficial.

Ao finalizar os informes, o Coordenador Fábio expôs a lista de priorização do primeiro Grau que reflete a relação das comarcas que possuam déficit de número de servidores efetivos por feitos distribuídos, bem como aquelas comarcas que apresentam maior arrecadação e que cumulativamente tenham déficit de servidores efetivos com ano base 2015.

Foram discutidos os parâmetros apresentados e as simulações realizadas com a atualização de servidores incorporados nessas unidades e Comitê decidiu que seria mais interessante partir dos dados de 2016, mesmo que ainda não levantado integralmente.



2- DELIBERAÇÕES

- A lista será atualizada até setembro de 2016.
- A lista será encaminhada como sugestão à Secretaria de Gestão de Pessoas, via Presidência, para ser utilizada como um dos parâmetros de lotação de servidores.
- Solicitar à Coordenadoria de Arrecadação dados da arrecadação atualizados das comarcas de 1º Grau do interior.
- A próxima reunião está marcada para o dia 18 de novembro de 2016.